

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia PODER JUDICIÁRIO PRIMEIRA TURMA
RECURSAL – PROJUDI PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01,
SALVADOR – BA ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br – Tel.: 71 3372-7460
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível Recurso nº
0001358-33.2021.8.05.0039 Processo nº 0001358-33.2021.8.05.0039
Recorrente (s): WAGNER BACELLAR COSTA Recorrido (s): BANCO ITAUCARD S
A (EMENTA) RECURSO INOMINADO. JUIZADOS ESPECIAIS. ALEGAÇÃO AUTURAL
DE BLOQUEIO INDEVIDO NAS CONTAS. INCOMPETÊNCIA MATERIAL, POR COMPLEXIDADE
DA CAUSA, COM EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO MERITÓRIA. NECESSIDADE DE
PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE SUA PRODUÇÃO NO RITO
PROCESSUAL DOS JUIZADOS. LEI 9099/95. DESBLOQUEIO DETERMINADO EM SEARA DE
PROCESSO CRIMINAL EM TRÂMITE NA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS
PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DA COMARCA DE SALVADOR-BA. EXTINÇÃO
DO PROCESSO, COM ESTEIO NO ART. 51, II, DA LEI 9099/95. SENTENÇA MANTIDA.
RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E IMPROVIDO. RELATÓRIO Inicialmente,
destaque-se que esta magistrada, no exercício da substituição que foi
designada para atuação nesta Primeira Turma Recursal, em prestígio à
segurança jurídica, estabilidade da jurisprudência, bem como, diante da
inexistência de aplicabilidade da técnica de julgamento do art. 942 CPC em
sede de julgamento de Recurso Inominado, curvo-me ao entendimento
consolidado desta Turma sobre a matéria discutida nestes autos, pelo que
passo ao julgamento nos seguintes termos: Trata-se de recurso inominado
interposto pela parte autora, em face da sentença prolatada nos autos do
processo em epígrafe. Na peça atrial, a parte autora alegou que sofreu
bloqueios em sua conta corrente. Porém, em face do processo judicial
criminal nº 0507466-2020.8.05.0001, o Juízo determinou o desbloqueio dos
valores. Asseverou que, conquanto a determinação judicial, não houve foi
atendido o comando judicial. Destarte, pugnou pela obrigação de fazer e
danos morais. Na contestação, a ré aduziu que houve o desbloqueio da
conta. A sentença revisanda decidiu o seguinte: “Ante o exposto, julgo
extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da
Lei 9099/95”. A parte autora manejou recurso inominado. Foram oferecidas
Contrarrrazões. É o breve relatório, ainda que dispensado pelo art. 38, da
Lei 9099/95. VOTO Conheço do recurso, porquanto preenchidos os
pressupostos de admissibilidade recursal. Passo ao mérito. A parte
recorrente alega que não conseguiu o desbloqueio de suas contas, motivo
pelo qual pugna pela condenação da acionada por danos morais. Improvejo o
recurso. A parte autora admite, na incoativa, que a obrigação de fazer
vindicada na exordial (desbloqueio de contas) é derivada de decisão
criminal, inclusive, anexando-a no Evento 1 (processo criminal
0507466-72.2020.8.05.0001). A decisão interlocutória criminal (anexada ao
Evento 1), nos autos do processo 0507466-72.2020.8.05.0001, decidiu o
seguinte: “Pelo exposto, DEFIRO o desbloqueio das contas bancárias de
WAGNER BACELLAR COSTA, CPF nº 814.426.025-20. Dou à presente decisão FORÇA
DE MANDADO/OFÍCIO a ser enviado às instituições bancárias para
cumprimento”. Destarte, verifica-se que a própria decisão já determinou o
cumprimento da obrigação de fazer pretendida pela parte autora na presente
demanda. Os meios coercitivos para a satisfação do comando decisório podem
ser solicitados/realizados no próprio Juízo criminal. Outro aspecto que
merece relevo é que a demanda criminal não foi aforada nos Juizados
Especiais criminais, mas, sim, na Vara dos Feitos relativos a Delitos
praticados por Organização Criminosa. Ademais, não se verificam as
hipóteses de ação civil ex delicto, encampadas nos arts. 63 e 64, do CPP.
Desse modo, considerando que não se trata de execução de título executivo

judicial por sentença prolatada em sede do próprio Juizado Especial Cível, há a Incompetência deste para processar e julgar a presente demanda, com esteio no art. 52, da Lei 9099/95, devendo o processo ser extinto com fulcro no art. 51, II, do respectivo diploma normativo. Pelo exposto, VOTO no sentido de CONHECER DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença revisanda. Condenação da recorrente em custas e honorários advocatícios, no percentual de 20% do valor da causa (art. 55, da Lei 9099/95), cuja exigibilidade fica suspensa, pelo prazo de cinco anos, ante a gratuidade de justiça (art. 98, § 3º, do CPC). Salvador, data registrada no sistema. CLÁUDIA VALÉRIA PANETTA Juíza Relatora Substituta